

PT São Paulo

Comícios e debates movimentam a campanha



Oficializados pelo Encontro da Capital, Eduardo Suplicy e Luiza Erundina de Souza, candidatos a prefeito e vice do PT à prefeitura de São Paulo, já realizaram o seu primeiro comício eleitoral, no dia 10 de agosto, em Ermelino Matarazzo. Por sua vez, Suplicy tomou parte em dois debates de TV — Cultura e Globo —, que reuniram a maioria dos candidatos à prefeitura de São Paulo. Este é apenas o começo da campanha, que deverá esquentar no mês de agosto, quando o candidato petista cumprirá uma intensa programação. Nosso candidato tem todas as condições para assumir a dianteira na luta eleitoral. Isso depende, contudo, de um engajamento decidido dos núcleos e diretórios do partido — e também dos grupos de apoio do candidato — no trabalho de mobilização, panfletagem, afixação de cartazes e levantamento de recursos financeiros.

Pág. 5.

CONSTITUINTE

Caravana à Brasília

Trimestralidade une classe trabalhadora

A pesar de o famigerado Decreto Lei 2.065, implantado em 1983 pelo governo Figueiredo, ter sido revogado pelo atual D. L. 7.283, de 29 de outubro de 1984, nada mudou. O valor monetário dos salários continua atrelado aos índices determinados pelo governo da Nova República que continua aplicando as leis da Velha, colocando para a classe trabalhadora as seguintes situações: até 3 vezes o valor do salário-mínimo (Cr\$333.120.), multiplica-se o salário reajustado por um fator correspondente a 1,0 (uma unidade) da variação semestral do INPC; trocando em miúdos 100%. E, acima de 3 SM aplicar-se-á até o limite inciso anterior, a regra nele contida, e, no que exceder, o fator 0,8 (oito décimos), ou seja 80%.

O atual valor do salário-mínimo, decretado em maio último, inflacionando-se mês a mês está longe do valor real que, grosseiramente, deveria ser de no mínimo Cr\$ 1.000.000.

O congelamento de preços proposto pelo presidente Sarney, na estréia de seu mandato, não passou de estratégia demagógica, tanto que agora os preços congelados nos três últimos meses, deverão sofrer aumentos sucessivos para compensar o que os empresários deixaram de lucrar.

A política recessiva, ainda em exercício, não ocasionou apenas o declínio do poder de compra dos assalariados. A realidade mostra que as empresas de médio e pequeno porte, em detrimento da política econômica, demitiram em massa - e ainda têm demitido - seus empregados, gerando com isso pânico e desespero nos segmentos assalariados.

O sistema comprometido

O que mudou com as "mudanças-já",

mudou só para a burguesia e para o empresariado que tem saído aos poucos do sufoco, não da garantia de sobrevivência humana, mas da retomada de seus lucros. Para a classe trabalhadora nada mudou.

Os que proclamam o fim da crise e do período de recessão, não estão contemplando de maneira alguma os benefícios dos assalariados. Assim como, quando os representantes da Fiesp discursam contrariamente à atual política econômica, em seus raciocínios não está incluída a justiça social tão propalada.

Exemplo disso é a manutenção da Lei de Greve proposta pelo líder patronal, Luis Eulálio de Bueno Vidigal; ou o que ocorreu nos últimos dissídios, quando negociariam com os trabalhadores para não entrarem em greve, ou mesmo, a posição esquiada destes, ante a proposta de se adotar a trimestralidade para todos os segmentos assalariados, dizendo que "tem que ser negociado, caso a caso" (Paulo Francini, empresário).

Criticando a excessiva intervenção do Estado na economia e a total falta de controle neste setor, Bueno Vidigal cometeu o grave engano em afirmar, em matéria publicada em jornal, o comprometimento da sobrevivência do "sistema econômico e político que a sociedade brasileira escolheu como o mais conveniente".

Vários economistas têm dissertado sobre a questão dos reajustes trimestrais nos salários, adotados por grande parte das multinacionais, e mostram que os reajustes e aumentos salariais têm participação quase que insignificante na fixação do índice inflacionário, e que os efeitos positivos que trazem são maiores do que os acréscimos que provocam na inflação.



Manifestação de trabalhadores pela trimestralidade, em SBC.

A fixação da inflação é dirigida de modo a nomear como "algoz" o dissídio coletivo dos trabalhadores; mas ela depende da produtividade, da desvalorização da moeda, da taxa de juros, da margem de lucro das empresas etc. Nos custos finais, o salário representará, em média, apenas 18% do total

de acréscimos. É fácil compreender a situação: quando é dado um aumento salarial real, uma das implicações fundamentais é o conseqüente aumento do poder de compra do assalariado, que impulsiona a alta do consumo no mercado, obrigando as empresas a aumentarem a produção, possibilitando assim o aproveitamento da mão-de-obra.

Arrocho salarial

A política do arrocho não beneficia nem a empregados nem a empregadores. Exemplo disso são os resultados inflacionários dos últimos anos em que essa política esteve em vigor: em 81, 95% de inflação; em 82, quase 100%; em 83, 211%; e em 84, 224%. Portanto, o salário não é motivo para tanta polêmica, já que não é o principal agente causador de inflação, conforme a própria Fiesp admite.

Cerca de 200 empresas atenderam às reivindicações de seus trabalhadores, no último dissídio, concedendo o reajuste trimestral dos salários a título de antecipação e, além disso, desprezaram as determinações de correções de faixas salariais e adotaram os 100%, como índice, para todos, entendendo que a atual política salarial não atendia as necessidades de seus funcionários. No ABC, 70 empresas médias e pequenas aceitaram a trimestralidade e a redução da jornada de trabalho.

À trimestralidade é uma das principais bandeiras da classe trabalhadora. Os setores químico, petroquímico, elétrico, eletrônico, metalúrgico e de papel foram contemplados com a trimestralidade, garantindo assim um argumento capaz de driblar os preços e melhorar a qualidade de vida.

Passeata dos Sem-terra pela Reforma Agrária

Representantes do movimento dos Sem-Terra, cerca de 300, estiveram dia 25 de julho no Palácio dos Bandeirantes para "exigir" do governador Franco Montoro que 7 itens reivindicatórios, os quais foram prometidos por ele, fossem cumpridos. Depois de esperarem quase o dia inteiro, Franco Montoro atendeu-os, junto com outros dois secretários de Estado (José Gregori, da Descentralização e Participação e Nelson Nicolau, da Agricultura e Abastecimento), na calçada do Palácio, a pequena multidão, que apesar da conversa (de 15 minutos) com Montoro, não saíram satisfeitos. "Politicamente falando, não estou contente.

Mas como foi uma conversa amistosa acho que teremos oportunidades de marcar outras reuniões", falou o coordenador da comissão que representava 60 municípios paulistas, Lafaiete Pereira Biet.

No mesmo instante, cerca de 700 trabalhadores rurais fizeram uma passeata pelo Centro da cidade, que começou na sede da Frente

Nacional do Trabalho (na av. Ipiranga) até o bairro de Santa Cecília, onde se concentraram em frente a sede paulista do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Lá manifestaram apoio ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

Declaração Pública

Agricultores da Alta Noroeste pertencentes à Delegacia Agrícola de Andrada e agricultores da Alta Paulista pertencentes à Delegacia Agrícola de Dracena, constituídos de arrendatários, pequenos e médios sítiantes, produtores alimentícios de gêneros de primeira necessidade, declararam publicamente que suas produtividades estão seriamente comprometidas, chegando possivelmente a uma situação de insolvência e falência total. Na declaração feita aos órgãos públicos Estaduais e Federais e à opinião pública em geral, o Movimento reivindica: que se apure as irregularidades na venda de inseticidas e adubos adulterados; uma nova política de financiamento agrícola, que segundo o Movimento os juros empregados são extremamente extorsivos; solução para o problema do armazenamento e transporte dos produtos, etc.

Deputado tenta expulsar favelados

Vinte famílias que ocupam há vários anos um terreno no luxuoso bairro do Morumbi, e que faz parte da Favela Jardim Colombo, estão sofrendo uma ação de reintegração de posse, e podem ser despejadas por força de medida judicial.

O deputado estadual Fernando Silveira, do PTB paulista, que recentemente cobriu a cidade com saudações à Nova República e agora já espalhou milhares de cartazes lançando — se à Constituinte, é o proprietário do terreno, e o pedido de desocupação da área deve-se ao fato de a "igreja vermelha" trabalhar com os moradores na favela.

Silveira, este pastor protestante, onde reside o seu grande reduto eleitoral, possui terreno há anos, fazendo especulação imobiliária, e aguardando a sua valorização, acusa o advogado Nelson Saul e Júnior, da Associação em Defesa da Moradia — ADM, que presta assistência jurídica aos favelados.

Segundo o advogado, no processo o parlamentar petebista arrolou como teste-

munhas o motorista e seu assessor na Assembléia Legislativa, na tentativa de provar que os moradores encontram-se no local há menos de um ano, o que facilitaria a autorização judicial para o despejo. Os moradores contestam, afirmando que a favela tem luz há mais de um ano, o que coloca por terra o argumento do deputado Fernando Silveira. Além disso, outra arbitrariedade acontecida neste processo é que foram envolvidos na ação de reintegração de posse moradores de barracos que não estão dentro do terreno em questão.

Mobilização

Numa primeira mobilização, um grupo de pessoas da favela esteve à Assembléia Legislativa. Agora cerca de 100 moradores organizarão um protesto no Fórum de Pinheiros no dia da audiência e se organizam em torno de uma Associação de Moradores da Favela do Jardim Colombo, que no final de agosto elegerá sua primeira diretoria.

Leia e assine

Despejados os ocupantes do Jardim República

A exemplo do movimento dos ocupantes do Jardim "Filhos da Terra" realizado há um ano atrás e que conquistou o direito de uso da terra pagando por esta um preço simbólico, os ocupantes do "Jardim Nova República" — movimento espontâneo que teve a participação de mais de cem famílias — não tiveram o mesmo sucesso.

Esses dois movimentos, além de vários outros, realizados numa área na zona norte de São Paulo, pertencentes à Santa Casa de Misericórdia, (são mais de 200 mil metros de terras devolutas) colocam mais uma vez em xeque a política habitacional desenvolvida pelos

governos municipal, estadual e federal.

O movimento dos ocupantes do "Jardim Nova República", nome dado por eles à área ocupada, iniciado em 9 de julho último foi esvaziado 17 dias depois à força pela PM que, embora desarmada para realizar o despejo, não hesitou em desfechar alguns golpes com seus cassetetes em alguns dos muitos pais de famílias desesperados sem ter para onde ir.

Situação embaraçosa para essas famílias que, uma vez despejados, com seus barracos perdidos, não tiveram sequer a assistência devida dos órgãos competentes (FABES e Promoção Social do Estado). Foi preciso uma ampla movimentação de entidades civis para que estes órgãos pudessem prestar assistência para uma parte dessas famílias.

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias
Secretário de Redação: Gilberto Penha de Araújo.
Equipe de Edição: Dernal Santos, Sonia Maria Nadalin, Sérgio dos Santos
Redação: Fernando Jorge, Marcos de Oliveira, Ligia Maria Cruz, Diógenes Marcelino, Cleide Sanches Rodrigues, Paulo Eleutério, Paulo Costa, Marisa Mello, Maristela Maffei, Sandra Sagrado.

Fotografia: Tarcísio Geraldo Faria e Vera Yursis.
Diagramação: Wilson R. Thomaz
Revisão: Celso Fonseca
Ilustração: Guto.
Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua: Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 815-4999 - São Paulo.
Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.
Fones: 37-7521, 37-7522.

Caravana vai até Sarney exigir eleição popular da Constituinte

A gosto será um mês de intensa mobilização em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte realmente democrática, discutida e votada pelo povo. Uma série de eventos estão programados para as próximas semanas: o principal deles é a caravana a Brasília, no dia 20, que entregará ao presidente José Sarney e aos membros do Congresso Nacional a Carta aos Brasileiros e o Manifesto à Nação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Em seguida à caravana, no dia 22, serão realizados atos públicos em Porto Alegre, Vitória, Rio de Janeiro e em São Paulo - no Largo São Francisco, às 19 horas.

A preparação destes eventos, na cidade de São Paulo, inclui a realização de um comício no Teatro Municipal, no dia 14, às 16h30, que se desdobrará em passeata até o Largo São Francisco, onde haverá reunião extraordinária do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Inclui também a promoção de um curso sobre constituinte, organizado pelo CEDEC, Comissão de Justiça e Paz e outros, na PUC, cuja abertura está prevista para o dia 19, às 20 horas, com aula inaugural do professor Fábio Konder Comparato. A divulgação destes eventos será feita através de panfletagens, no show de Milton Nascimento, no Anhembi, dia 17; no jogo do Corinthians X Palmeiras, no dia 18; na Praça das Bandeiras, dia 19; no Parque D. Pedro, dia 20 e nas estações do Metrô, dia 21.

Dinamização da campanha

A campanha da Constituinte vem sendo incrementada, nos últimos meses, pelo PT e entidades de prestígio da sociedade civil, como a OAB, ABI, CNBB, CUT, Associação dos Juristas Democratas, Andes e SBPC. São essas entidades, aliás, que integram o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, responsável pela caravana à Brasília e pelos atos-públicos do dia 22. Paralelamente, o Plenário também está investindo no aprofundamento do debate sobre a Constituinte. Daí ter orientado todas as entidades que o compõem a discutirem com suas bases a Carta dos Brasileiros - um documento que ele produziu e que contém os fundamentos de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre, Democrática e Soberana, além de críticas ao projeto do governo de conceder poderes constituintes ao Congresso Nacional, que será eleito em 1986.

Já no começo desta Carta aos Brasileiros, registramos a primeira distinção com o projeto de Sarney: "Partimos da afirmação de que o Poder Constituinte não é Poder Legislativo. Em consequência, sustentamos que o Legislativo não pode ser promovido a Poder Constituinte."

Repúdio às Comissões

Além de criticar o projeto de Congresso Constituinte de José Sarney, o Plenário



Poster pró-constituinte do Diretório Estadual do PT/SP.

Pró-Constituinte tomou a iniciativa, em sua reunião do dia 26 de junho, de repudiar a formação de "comissões constitucionais" patrocinadas por quaisquer poderes. É com iniciativas deste tipo, aliás, que o governo da Aliança Democrática vem tentando escamotear a participação popular na Constituinte, além de adiar a sua convocação. O

repúdio do Plenário foi feito através de um Manifesto à Nação que, junto com a Carta dos Brasileiros, será entregue no dia 20 ao presidente Sarney e ao Congresso Nacional.

Os interessados em participar da Caravana à Brasília poderão se inscrever com o advogado Valter Piva, na OAB-SP (Praça da Sé, 285 - fone: 239-5122).

Processo contra o PMDB. Motivo: programa de TV

O Diretório Regional do PT representou contra o PMDB — junto ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo — devido ao fato deste ter levado ao ar, dia 26 de junho, um programa com entrevistas do deputado estadual José Cicote e jurista Hélio Pereira Bicudo, membro da Executiva Nacional, "cuja mensagem foram dolosamente obtidas e cuja inclusão na programação não foram autorizadas expressamente pelos entrevistados".

A representação confirma a atitude de Cicote e Bicudo, dia seguinte, à transmissão televisiva, no sentido de "repudiar o comportamento da referida agremiação partidária e declinar que suas opiniões foram utilizadas indevidamente, com a indisfarçável finalidade de tentar submetê-los ao ridículo perante a opinião pública, de comprometê-los diante de seus eleitores e o povo, através do desgaste proposital de suas imagens de homens públicos".

No caso de Bicudo, a entrevista foi conseguida através de um telefonema de uma pessoa ligada a uma empresa de vídeo, dizendo

que o governador Franco Montoro tinha solicitado seu testemunho sobre a honestidade pessoal do chefe do Executivo, como também, se o desejasse, poderia fazer críticas ao seu desempenho como governador. Mas, contudo, não lhe foi explicado os motivos nem as intenções de tal solicitação. De boa-fé, o entrevistado aquiesceu e teceu considerações sobre o desempenho do governador nas áreas de Segurança, Justiça e setor penitenciário. Continuando o depoimento, Bicudo disse não alimentar dúvidas quanto à honestidade pessoal do governador. Passados alguns dias, surpreso, viu sua entrevista concedida ser utilizada num programa do PMDB, em rede estadual de rádio e televisão!

Sua perplexidade maior foi a de constatar que seu depoimento fora mutilado e apresentado em dois momentos, dando um sentido bastante diverso daquele constante da entrevista no seu todo.

Idêntico comportamento foi adotado com o deputado José Cicote. A entrevistadora ao abordá-lo no res-

taurante da Assembleia Legislativa disse-lhe que se tratava de mera captação de opiniões sobre "o governo Montoro" para serem utilizadas internamente no PMDB e no governo do Estado, mediante um grupo de estudos criado com essa finalidade, a de analisar impressões da população paulista sobre os diversos as-

pectos político — administrativos.

A representação pede a instauração de ação penal, baseada em sanções previstas no artigo 336 e seu parágrafo único, e se julgada procedente, a suspensão da atividade eleitoral do PMDB no Estado de São Paulo pelo prazo legal estabelecido.

Montoro demite 22 grevistas e admite 144 "favorecidos"

Tal como ocorreu com a Prodesp, o governador Franco Montoro demitiu 22 funcionários de empresa estatal — a Cosep — por participação em greve. Dos demitidos pela Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, em 12 de julho, quatro pertenciam à Comissão Salarial da Associação de Funcionários. No dia 18 de julho, realizou-se um Ato de Protesto em frente à empresa contra as demissões arbitrárias, com a presença de entidades sindicais e do candi-

dato à Prefeitura pelo PT, Eduardo Suplicy.

Na ocasião, foi denunciado a contratação de mais de 140 pessoas, ou seja, 20% do quadro anterior de funcionários, com salários superiores aos de muitos empregados trabalhando há anos nas mesmas funções na empresa. Segundo os demitidos, isso caracteriza o papel eleitoral utilizado pela Diretoria da Cosep.

Há meses, o movimento reivindicatório lutava por melhores condições de tra-

Como o PT vai atuar na Câmara Federal

A bancada do PT na Câmara Federal estabeleceu sua estratégia de ação neste segundo semestre, baseada em três pontos fundamentais: dívida externa, reforma agrária e constituinte. Sem prejuízo de outras questões, os cinco deputados petistas concentrarão suas atividades nestes pontos, tecendo críticas ao governo da Aliança Democrática que, neste momento, recua na aplicação de seu próprio projeto de reforma agrária; assume uma posição servil diante do Fundo Monetário Internacional na negociação da dívida externa; e tenta esvaziar a reivindicação popular de uma Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana.

Segundo o líder Djalma Bom, a atuação dos deputados petistas não se restringirá à tribuna da Câmara Federal. Ela se estenderá às praças públicas, em contato permanente com os movimentos populares. "Acreditamos nas nossas teses e vamos levá-las ao povo. Nosso objetivo é fazer um trabalho didático, mostrando, por exemplo, quanto aumenta o sofrimento de cada cidadão com a dívida externa" — explica Djalma Bom.

balho e pela implantação do Plano de Classificação de Cargos e Salários, com significativo crescimento. As demissões visaram exclusivamente atingir os membros mais combativos do movimento, participantes da Comissão Salarial.

Demagogicamente, o presidente da empresa Herbert Júlio Nogueira, havia se comprometido durante a paralisação dos funcionários que "em nome da democracia" não haveria nenhuma

punição em função do movimento reivindicatório. Hoje ficou claro para os demitidos o caráter das mesmas: sua identificação com a Oposição Securitária e a CUT. A Diretoria da Cosep, comprometida com o PMDB colocou a "nova prática democrática" apreendida pelo seu Partido e não vacilou um instante em reprimir o movimento dos trabalhadores, mais do que legítimo, com velha medida arbitrária.

Campanha também em Cubatão



Dogival, candidato a prefeito de Cubatão.

No Estado de S. Paulo, a disputa eleitoral mais importante, depois da Capital, será em Cubatão, "ex-zona de segurança nacional". O PT lançou oficialmente sua campanha neste município, no último dia 27 de julho, com a presença de membros do Diretório Regional e diversos parlamentares. Vários Comitês Eleitorais, por locais de trabalho e moradia, estão sendo agora instalados.

As reais chances de vitória dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à prefeitura de Cubatão, Dogival dos Santos e João Duberney, estão levando o PMDB a utilizar cada vez mais a máquina administrativa local e estadual em proveito dos seus candidatos. "O uso e abuso do poder econômico e a corrupção estão atingindo níveis que fariam Paulo Maluf corar de vergonha". Com esta frase, Dogival sintetiza as manobras peemedebistas em Cubatão para enfrentar a crescente popularidade das candidaturas do PT.

Os Diretórios Municipais da Baixada Santista já estão preparando planos de apoio à campanha eleitoral em Cubatão. Nesse sentido, foi realizada, no passado dia 4 de agosto, uma reunião ampliada do Diretório de Santos, na qual participou um membro da Comissão Executiva Estadual. Reuniões semelhantes serão feitas com os demais Diretórios Municipais da sub-região.

A campanha em Cubatão

Até agora, além do PT, estão em princípio confirmadas em Cubatão as candidaturas de mais 7 partidos: PMDB, PFL, PDT, PTB, PDS, PDC e PCB. Salvo alguma manobra de última hora das forças conservadoras — possibilidade nunca desprezível em vista das chances de vitória do PT —, será este o quadro eleitoral para os 55 mil eleitores do município.

É para um eleitorado peculiar que o Partido dos Trabalhadores está apresentando sua plataforma de governo municipal. Constituído por um proletariado que atinge 95% do total dos eleitores, e no qual se integram trabalhadores não especializados empregados na construção civil e montagem (80%) e operários qualificados que trabalham nas indústrias (15%). Mais 4% composto pelos chamados setores médios da população: funcionários públicos, profissionais liberais e pequenos comerciantes, e ainda 1%, que pertence às oligarquias tradicionais locais.

As outras campanhas

Com o mesmo entusiasmo e determinação observados em Cubatão, desenvolvem-se as campanhas eleitorais em Paulínia, São Sebastião e Castilho.

Em Paulínia, os candidatos Adalberto Leal e Hamilton Mendes foram confirmados oficialmente na convenção realizada no último dia 27 de julho. No dia seguinte foi realizada uma reunião com a presença de um membro do Comitê Diretivo Eleitoral, órgão do Diretório Estadual, que coordenará a campanha dos candidatos do PT no Estado de São Paulo. Nessa reunião foram discutidos assuntos relacionados com a propaganda das candidaturas petistas em Paulínia, tendo em vista a preparação de material destinado a um trabalho específico com o operariado local.

O lançamento da campanha eleitoral ocorreu no dia 3 de agosto em ato público efetuado na Câmara Municipal, que contou com a presença de parlamentares e membros do Diretório Regional do PT. O Comitê Eleitoral já foi instalado e estão sendo formados grupos para discussão de problemas de saúde, educação, transporte, desemprego e habitação.

Em São Sebastião, o PT foi o primeiro partido a definir seus candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente a professora Elizabeth dos Santos Chagas e o advogado Andelmo Zarzur. Já começaram as visitas aos bairros para discutir com a população a plataforma política do PT. Inicialmente foram escolhidos os bairros de Boicucanga e Camburi. Serão realizados debates quinzenais e outras atividades estando sendo preparadas para acelerar o ritmo da campanha.

Em Castilho, onde havia possibilidades do PT não lançar candidatos próprios, com a eleição do 1º Diretório Municipal, no dia 4 de agosto último, reabriu-se a discussão sobre o lançamento de candidaturas petistas à prefeitura local. Acabou prevalecendo a decisão de lançar candidatos do PT, sendo indicados Valdenir Cavichioni para prefeito e Edvaldo José dos Santos para vice-prefeito. Esta nova postura eleitoral, que será confirmada no próximo dia 13 de agosto, foi tomada tendo em vista o interesse dos militantes do PT da região — todos já engajados no Movimento dos Sem Terra — em politizar sua participação nos movimentos sociais e divulgar melhor a proposta política do Partido dos Trabalhadores.

Para o PT, a coligação com o Partido Socialista Brasileiro — PSB — nas eleições para prefeito de São Paulo já está definida. Depois de aprová-la em seu Encontro da Capital, o PT realizou uma convenção oficial, no dia 11, homologando do ponto de vista legal a atuação comum com os socialistas. No fechamento desta edição, no dia 12, aguardava-se tão somente o pronunciamento final da convenção do PSB de São Paulo, prevista para o próximo dia 15. Nesta oportunidade, os socialistas vão avaliar a proposta concreta a eles enviada pelo Diretório Regional do PT, prevendo a sua participação no Comitê Diretivo da Campanha, nos comícios, na propaganda eleitoral gráfica e ainda no espaço de rádio e TV, sem comprometer a independência de ambos os partidos. Essa proposta foi elaborada pelo Diretório Regional do PT em sua reunião do dia 2 de agosto, no espírito da deliberação aprovada pelo Encontro da Capital, ou seja, construir uma unidade política entre os dois partidos em torno das candidaturas de Suplicy e Erundina.

Diferente das alianças eleitorais que têm marcado as eleições para os prefeitos das capitais, onde o que costuma pesar são os interesses eleitorais e a repartição do poder, a coligação PT-PSB está sendo trabalhada em bases políticas bastante claras. Da parte do PSB, que foi quem tomou a iniciativa de propô-la pela

PT espera decisão do PSB

primeira vez, a perspectiva de coligação com o PT surgiu em função de identidades programáticas. Da parte do PT, a aceitação levou em consideração a disposição dos companheiros socialistas de se engajarem na construção de uma alternativa de poder popular e democrática para São Paulo. Foi neste sentido, aliás, que o PT apresentou três eixos para servir de base aos entendimentos com vistas à coligação, e que, a princípio, foram aceitos pelo PSB. São eles:

1. Um programa de oposição ao governo Sarney e à transição conservadora do regime, contra a política econômica da Aliança Democrática e pela Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática;

2. Um programa de governo municipal articulado com um plano de lutas, propondo alternativas de participação popular e prioridades sociais contra o poder e os interesses dos grupos econômicos locais;

3. O crescimento orgânico e político do partido, sua independência de classe e perspectiva socialista.

Em entendimentos desenvolvidos duas semanas antes da convenção dos socia-

listas, reunindo representantes dos dois partidos, o PSB apresentou uma proposta de prévia eleitoral, reunindo Suplicy e Fernando Henrique. Segundo eles, após esta consulta, o perdedor apoiaria o vencedor, afastando a possibilidade da eleição de Jânio Quadros. O Diretório Regional do PT recusou a proposta, por considerá-la em contradição com o nosso principal objetivo, ou seja, apresentar uma alternativa de administração democrática, compatível com os interesses do povo paulistano. Mais: propôs ao PSB e às demais forças democráticas cerrarem fileiras em apoio à emenda José Yunes, em tramitação na Assembléia Legislativa de São Paulo, e que prevê a realização de dois turnos nas eleições para prefeito.

Apesar da negativa petista em relação à prévia, as negociações entre os dois partidos prosseguiram, já que os companheiros do PSB não condicionaram a sua continuidade à aceitação pelo PT de sua proposta de frente anti-Jânio. Existem, no entanto, entre os socialistas, dúvidas quanto ao acordo com o PT mas que, segundo eles, não se referem a um dilema entre Suplicy e Fernando Henrique, como chegou a noticiar a imprensa. Os representantes do PSB asseguraram que, se não apoiarem Suplicy, a opção será lançar uma candidatura própria, provavelmente com Rogê Ferreira, seu presidente regional.

Conselho Político elege executiva

O professor Antonio Dória foi eleito presidente do Conselho Político da Capital, na primeira reunião ordinária deste órgão, no final de julho. Juntamente com ele, foram também escolhidos os demais membros de sua Comissão Executiva: Juscelino Silva Neto, vice-presidente; Júlio Rafael, secretário; Ceicy Kameyama, tesoureiro; Rodolfo Repullo Neto, secretário sindical; Henrique Pereira, organização; e ainda Cláudio Barroso Gomes, Antonio Gomes, Markus Sokol, Roberto Lajolo e a líder da bancada na Câmara Municipal.

A maioria destes companheiros integram a chapa "Articulação: É hora de ir para a rua", vencedora do Encontro do Município de São Paulo (52,2% dos votos), realizado dia 21 de julho. Na Executiva, no entanto, também estão representados companheiros eleitos por duas outras chapas que disputaram o Encontro e obtiveram participação no Conselho: "Articulação Unitária e Democrática", que conquistou 17,8% das preferências, e a chapa "Construir uma Alternativa Operária e Popular", com 18,3%. A Chapa Articulação elegeu 18 companheiros para o Conselho, enquanto as duas outras, seis cada.

Máquina administrativa nas mãos de F. Henrique

Seguindo o exemplo do malufismo, os órgãos da administração pública municipal e estadual foram transformados em verdadeiros comitês eleitorais da campanha de Fernando Henrique à Prefeitura de São Paulo. Este fato pode ser constatado recentemente e com a utilização das máquinas das Administrações Regionais, que

a todo vapor realizaram um trabalho de inscrição de analfabetos nos vários cartórios eleitorais da Capital.

Utilizando carros oficiais (chapa branca) e funcionários públicos, os peemedebistas lotaram várias filas dos cartórios eleitorais nos últimos dias de alistamento.

Outros órgãos da administração pública estão transformados em verdadei-

ros comitês da campanha do senador peemedebista.

O deputado Eduardo Matarazzo Suplicy desafiou publicamente o candidato do PMDB para juntos exigirem o cumprimento da legislação eleitoral vigente, que impede o uso da máquina administrativa e o abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Convenção oficializa Suplicy e Erundina

A convenção municipal do PT de São Paulo, realizada no dia 21 de julho, no Colégio Roosevelt, no bairro da Liberdade, lançou oficialmente os candidatos Eduardo Suplicy e Luíza Erundina aos cargos de prefeito e vice-prefeita de São Paulo. Da Pré-convenção do PT (dias 19 e 20 de julho), denominada **Encontro da Capital** participaram 478 delegados que aprovaram a coligação PT-PSB sem abrir mão dos candidatos petistas.

No Encontro, os delegados definiram a plataforma do Partido para a campanha eleitoral e seus principais pontos: apoio às reivindicações dos trabalhadores, controle da Administração Pública pela população, eleições diretas para a escolha dos administradores regionais e mais verbas para o setor social. Ainda, na pré-convenção, foram eleitos os 31 membros (oñze da Executiva) que vão compor o Conselho Político da Capital (Veja matéria na página 4).

Durante entrevista coletiva dada à imprensa — e em seu discurso no final da convenção — Suplicy declarou que vai recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo o cumprimento da lei 10.445 que veda aos partidos políticos receber ajuda financeira de empresas privadas para suas campanhas eleitorais acusando o PMDB de estar abusando da máquina administrativa e do poder econômico. O deputado do PT afirmou ainda que vai intensificar sua campanha eleitoral conversando com a população de São Paulo para conhecer melhor os seus problemas de transportes, moradia, saúde, segurança, educação etc. O candidato do PT à prefeitura considera como medidas prioritárias: eleições diretas para os administradores regionais, criação de um conselho popular em cada administração regional, criação de um “tribunal de pequenas causas para fiscalização e também a criação do cargo de ‘defensor do povo’ para vigiar a administração municipal”.

vez, Luíza Erundina, a candidata em questão, disse reconhecer que a participação da mulher no partido dos trabalhadores tem que se concretizar na prática. Como funcionária pública disse ter condições de interpretar as aspirações dos servidores públicos. Acredita que os conflitos desta categoria deverão ser esclarecidos e que as transformações sociais se dão através dos confrontos dos problemas. E em seu discurso no final da convenção a candidata paraibana lembrou o compromisso de luta que São Paulo deve ter com os camponeses nordestinos.

Na mesma ocasião, o presidente do partido dos Trabalhadores, Luiz Ignácio da Silva, afirmou que “o PT acaba de lançar o que existe de melhor para a candidatura de prefeito e vice-prefeita pois conheço cada um não só pelo que falam mas pelo que fazem”. Disse ainda que o PT tem para ganhar na Capital de São Paulo não só os melhores candidatos mas também a melhor proposta. Lula declarou que está cansado de ouvir que o Prefeito não tem dinheiro, confirmando que Eduardo e Erundina se tiverem, um tostão, vão discutir com o povo a aplicação deste tostão.

Suplicy considera muito importante o espaço que o PT abre para a participação da mulher no cargo de vice-prefeita. Por sua



Os candidatos petistas.

Comitês de Apoio para fortalecer a campanha

O Comitê Diretivo Eleitoral, que está conduzindo a campanha do deputado Eduardo Suplicy à prefeitura de São Paulo, chegou a uma série de conclusões na última reunião, dia 29, que, pela sua importância, todos os militantes ou simpatizantes do PT devem tomar conhecimento.

É óbvio falar da participação dos petistas na campanha, mas vale ressaltar que uma mobilização de grande porte, sem dúvida que poderá influir decisivamente no resultado final das eleições. Pensando dessa forma, o Comitê Diretivo enfatizou a necessidade de se constituir Comitês de Apoio às candidaturas, nos bairros, vilas, locais de trabalho e estudo. “Esses comitês, por sua vez, devem ser amplos, capazes de abrigar não só petistas militantes como pessoas que se simpatizam com o PT e que devem encontrar nesses Comitês uma forma de influenciar na campanha”, diz Janete Rocha, membro do Comitê Diretivo, encarregada do setor de Mobilização Eleitoral.

Uma de suas preocupações iniciais deve ser constituir uma infra-estrutura mínima, capaz de subsidiar todo o material necessário para a campanha, tanto em sua área de atuação como em nível geral. Isto, para custear o programa de Televisão (que irá ao ar dia 26 de agosto), bem como pa-

trocinar a programação eleitoral, que, a partir de 13 de setembro passa a ocupar espaços de aproximadamente 5 a 8 minutos por dia nas rádios e televisões. Igualmente, os comitês deverão ter em vista a obtenção, para uso próprio, de equipamentos de som, carros, papel para impressão de panfletos, cartazes e etc... Outra tarefa, será a de “conquistar lideranças”, ou seja, em cada local de atuação desses Comitês de Apoio, de alguma forma, ganhar a simpatia de pessoas que exerçam influências nesses locais será vital para garantir uma região potencialmente petista.

Sempre que possível, a presença de Suplicy nas discussões que esses Comitês ou de regiões que estiverem engajadas na candidatura promoverem, será de fundamental importância. Mas, devem ter em mente, que um grande evento organizado conjuntamente será de maior eficiência do que pequenos atos sem muita relevância.

Todas as informações sobre como organizar um comitê de apoio poderão ser obtidas no Diretório Regional. “A principal tarefa desses comitês será a de divulgar o material de campanha, organizar eventos e promover finanças para sustentar a candidatura. Além de formarem as bocas de urna”, conclui Janete Rocha.

Material disponível

Para a campanha, publicitários e artistas criaram para o Partido uma série de propagandas envolvendo a candidatura Suplicy. E foram desenvolvidos cartazes, adesivos, botons, broches e camisetas. Todos eles podem ser adquiridos nas barraquinhas do PT ou no Diretório Regional. No que se refere aos cartazes, existem dois modelos: um deles, com a foto de Suplicy em meio corpo, e um outro, maior, de corpo inteiro. Dois tipos de adesivos para carros: um com o logotipo (desta vez o número do candidato do PT será o “13”, veja ilustração) e o outro com o logotipo, mais a foto de Suplicy. Os botons e os broches seguirão com a mesma estampa dos adesivos e as camisetas terão a foto do candidato.

A gravação dos programas de televisão e de rádio já estão em andamento. Haverá uma característica marcante no que se refere a sua concepção. Estes programas serão marcados pela informalidade e por uma linguagem mais inovadora. Nele, serão discutidos o Partido em si, seu programa político, econômico e social para o Brasil e, em particular, a sua proposta de governo municipal nas capitais. Estarão presentes, além de Eduardo Suplicy e Luíza Erundina, candidata a vice, o companheiro Lula, dirigentes partidários, per-

sonalidades e lideranças sociais.

Vale lembrar que qualquer ajuda nesse instante será de grande importância. Todos aqueles que quiserem contribuir com a campanha eleitoral de Eduardo Suplicy levando-a à prefeitura de São Paulo, sobretudo em dinheiro, poderão fazê-lo pela conta bancária de nº 7300/3 em nome de José Dirceu de Oliveira e Silva: Caixa Econômica Estadual/Ass. Legislativa.

Comitê Diretivo

O COMITÊ BRASILEIRO ELEITORAL é integrado por parlamentares das bancadas federal, estadual e municipal, um membro da direção nacional, membros do diretório Estadual e ainda alguns companheiros do Conselho Político da Capital.

O CDE encaminhou, de imediato, a criação de comissões de trabalho, indicando alguns companheiros para coordenar a sua implantação. Destacamos, aqui, os integrantes do CDE apontando os coordenadores das respectivas comissões de trabalho: Perseu Abramo, da Executiva Nacional; Irma Passoni, da bancada federal; João Carlos Alves, da Câmara Municipal e os companheiros do Diretório Regional, Ivan Valente, Paulo Eleutério — coordenador da Organização —, Janete Rocha —

Mobilização —, Antonio Dória — Grupos de Trabalho e Assessoria Especial —, José Dirceu, José Alvaro Moisés e José Américo Dias — Imprensa e Propaganda. Os membros do Conselho da capital são: Julcelino, Everardo, Markus Sokol e Roberto Lajolo.

A sede do Comitê Diretivo situa-se na rua Santo Amaro, 582 — mesmo local do DR — e os telefones para contatos são: 37.7522 e 37.7521. Além disso, os companheiros coordenadores das comissões de trabalho vem realizando reuniões específicas e para participar

de uma delas é só ligar para um desses telefones ou ir direto às reuniões.

Por enquanto apenas duas comissões vem realizando reuniões normais. A de Mobilização, todas as quartas-feiras às 19h30 na sede do Comitê e a de Imprensa e Propaganda que desenvolve seus trabalhos com duas equipes. Uma específica para imprensa com reuniões às quintas-feiras às 19h30, também na sede, e outra para propaganda — TV e rádio — com reuniões às segundas-feiras às 19h30 na rua Luís Pórrio, 463, na sede do PT Bela Vista.

Programação de agosto

No mês de agosto, o candidato à prefeitura pelo PT, Eduardo Suplicy, terá uma agenda cheia. Está programado para o dia 14, às 15h, encontro com D. Angélico Sândalo Bernadino na Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra s/nº em São Miguel. Dia 16 às 12h participará de um debate com estudantes da PUC, no programa Balance, sobre a educação; à tarde (17 horas) se encontrará com representantes do movimento Filhos da Terra. Às 10h do dia 18 inaugurará o núcleo do PT-Casa Pintado à av. Imperador, 5755 em São Miguel, às 14h irá a Sapopemba. Dia 26 é o dia da apresentação do programa de televisão do partido e por isso Suplicy estará percorrendo a cidade, no dia seguinte, para apurar as repercussões do programa. Dia 28, às 20h, estará debatendo na PUC a questão da ocupação do uso do solo urbano, com Arnaldo Madeira, secretário da Habitação, Marta Godinho, secretária da FABES e Hermínia Maricato, do PT. Dia 29, às 12h, estará no Anfiteatro da Engenharia Elétrica da USP para debater com os alunos da POLI os problemas da cidade. Em setembro, Suplicy estará em visita aos rios (a confirmar) de São Paulo.

Nas ruas, povo defende Revolução a todo custo

“Não somos peixes para viver da água, não somos aves para viver do ar, somos homens para viver da terra” — Bernardino Diaz.

Dia 19 de julho de 1979, los muchachos sandinistas entravam em Manágua. A vitória da Revolução Popular Sandinista começava ao amanhecer de um novo tempo. O Estado Sandinista nasceu a partir do sangue de 50.000 homens, 40.000 órfãos e 100.000 feridos.

Seis anos de Revolução. E cruéis ataques dos contra-revolucionários resultam em seqüestros de camponeses, destruição de cooperativas agrícolas, matança de crianças e mulheres. Aviões de caça sobrevoam Manágua, levando o terror à população. Esses ataques, contudo, não impedem a construção de uma nação livre, onde a terra pertença a quem nela trabalha.

Nesse tempo, a Revolução vem trabalhando no sentido de transformar estruturalmente a propriedade agrícola e, simultaneamente, modificar o uso inadequado do solo e gerar pólos de desenvolvimento que articulem economicamente os produtores. Até o final de 1985 já terão sido transformados 2,4 milhões de hectares de terra e 88 mil famílias já estarão sendo beneficiadas.

Neste ano, o eixo fundamental do trabalho se constitui em não só atender as famílias de camponeses sem terra, como também àqueles que por motivo dos ataques da contra-revolução tiveram que abandonar sua propriedade.

As propriedades rurais

A partir das terras confiscadas de Somoza e seus aliados — hoje denominada Área de Propriedade do Povo — se formaram as Unidades Produtivas Estatais (UPEs), que cobrem 19% das terras cultivadas. Na realidade, são grandes empresas agro-industriais, como é o caso das produtoras de arroz, banana, tabaco e dos engenhos de açúcar.

As pequenas propriedades e médias sofreram grandes transformações. Aquelas de 350 ha, que em 1978 cobriam cerca de 36% das terras cultivadas, hoje só cobrem 11%. As de menos de 7 ha e as cooperativas que antes do triunfo abrangiam só 2% das ter-



Jovens em treinamento militar para enfrentar a agressão dos contra-revolucionários.

ras cultivadas, este ano já atingem a casa dos 20%.

No Projeto de Reforma Agrária, a Revolução articulou 4 setores de produção rural: o estatal, as cooperativas, as pequenas e médias propriedades e as grandes propriedades empresariais.

Nos primeiros anos, a Revolução procurou fortalecer apenas dois setores: o estatal e o cooperativo. No decorrer do processo, quando se percebia grande interesse dos camponeses relativo à propriedade individual, pela própria complexidade que envolve as cooperativas (organização, mecanização, centros de armazenamento, etc) o governo sandinista passa a privilegiar esse setor, desde 1984, distribuindo grande número de propriedades.

Os grandes projetos

Além dessas formas de organização rural, é proposta da Reforma Agrária Sandinista a implantação de grandes projetos agro-industriais, visando maior desenvolvimento do setor. Entre outros, o Projeto da Palma Africana, que se desenvolve em áreas da costa atlântica e o grande complexo açucareiro Vitória de Julho, localizado entre os lagos da Nicarágua e Manágua, próximo às costas do Pacífico.

Em linhas gerais, assim se forja um dos aspectos novos de sociedade nicaraguense hoje: **defesa e produção**, linhas básicas para a consolidação da vitória do povo sandinista, que, de um lado, empunha um fuzil e, de outro, semeia a terra, buscando colher a cada dia novos frutos de liberdade.

INTERIOR

Vereador filia-se ao Partido

No último 21 de junho, o Diretório Municipal de Indaiatuba (Sub-região de Campinas) recebeu oficialmente a adesão do ex-presidente da Câmara Municipal desta cidade, vereador Carlos Olímpio Pires da Cunha, em ato político que reuniu populares e vários dirigentes petistas, entre os quais Djalma Bom, Geraldo Siqueira, Luíza Erundina, Paulo Azevedo e Devanir Ribeiro, presidente da Executiva Estadual.

Logo após o ato político na Câmara Municipal, os presentes inauguraram a nova sede do PT de Indaiatuba, localizada à Rua José Escodro 312. Além da nova sede, o PT já tem sua sala de Liderança na Câmara Municipal.

A subseção da Mogiana está promovendo Campanha Financeira semelhante à que foi feita pela Secretaria do Interior no ano passado. A iniciativa está inserida num plano de trabalho que prioriza a formação de novos diretórios, realização de eventos, distribuição de panfletos periodicamente, divulgação da CUT, organização mínima da sede, reuniões plenárias com os diretórios, etc.

É intenso o relacionamento entre a Coordenação Sub-regional da Mogiana — composta pelos companheiros Ernani L. Donatti Gragnanello, José Carlos Colabardini e Francisco Carlos Leme — e a Secretaria do Interior.

No mês de abril, o boletim PT Araras, órgão informativo do Diretório, completou um ano de existência. A partir de agora, ele está sendo repensado pela equipe que o elab-

abora, para cumprir a função de um instrumento de divulgação externa do Partido. Para isso deverá ser mudado o seu conteúdo, com a publicação, entre outras coisas, de entrevistas com moradores da periferia falando dos problemas de seus bairros.

• Companheiros da Sub-região de Araraquara mantiveram contato com a Secretaria do Interior reivindicando a realização de um Encontro de Política Agrária ainda neste semestre. Em breve, a Coordenação estará se reunindo com companheiros da Secretaria e do GT de Política Agrária para iniciar os preparativos do Encontro.

• A Coordenação da Subseção de Araraquara e o companheiro Heitor Gaudêncio Jr., da Secretaria do Interior, estiveram reunidos dia 12 de julho, com filiados e simpatizantes do PT em Dourado. Constatou-se que é necessário quebrar certo isolamento do Diretório em relação à Direção Estadual. Conclui-se que é necessário o Diretório indicar um representante para participar das reuniões da subregião. Sentiu-se também a necessidade de promover debates na cidade a fim de divulgar as propostas do Partido, bem aceitas pelo povo.

• A Secretaria tem desenvolvido esforços no sentido de articular o Diretório do PT em Mineiros do Tietê (Sub-região de Bauru). Nessa cidade o Partido elegeu a vereadora Rosalena Rossi, que viu com muito bons olhos a iniciativa. Ela entende que a existência de um coletivo dirigente irá facilitar o desempenho de suas funções legislativas e fazer crescer o Partido no Município.

agenda

Esta Agenda destina-se à publicação de eventos que os movimentos e Diretórios considerem importantes. Para que saiam no jornal, basta enviar ao DR-Comissão de Imprensa, uma nota contendo data, local, horário e assunto da atividade.

Agosto

Dia 14 — Às 15h, Suplicy visita D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo de Ermelino Matarazzo, na Igreja Matriz de São Miguel, à rua Padre Aleixo Monteiro Mafra, s/nº.

Dia 15 — A partir das 14h terá início o Seminário sobre Rádio Alternativo, que se estenderá até o dia seguinte na ECA. Mais informações pelo fone 210-2122.

Dia 17 — A partir das 9h, Seminário sobre a Nicarágua no Contexto Latino-americano abordando sua história, relações diplomáticas com o Brasil e posição do PT sobre a questão. O término será dia 18 com exibição de áudio-visual. Local: sede Nacional do PT, Av. 11 de julho, 260.

— Às 17h, Grande Comício de Lançamento da Campanha Suplicy/Erundiana com a participação de Lula, com show de Música Popular, no Jardim Filhos da Terra, à praça 11 de Fevereiro (fim da rua Manoel da Luz, Vila Paulistana). Obs: Tomar o ônibus “Vila Zilda” no metrô Santana.

— Às 20h, início do Seminário sobre Constituinte, com os conferencistas Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Suplicy, Francisco Weffort e outros, na PUC, à rua Monte Alegre 984.

Informações e inscrições pelo fone: 211-3155.

Dia 18 — Às 10h, Comício de inauguração do núcleo do PT-Casa Pintada, na Av. Imperador 57/55, em São Miguel, com Suplicy.

— Às 14h, Suplicy e Erundina debaterão problemas urbanos na Av. Sapopemba km 19,5. A promoção é do núcleo do Jardim Adutora, em conjunto com Parque Santa Madalena e Jardim Elba.

Dia 19 — Às 18h, Suplicy prestigiará a posse da Diretoria da Associação dos Carreiros de São Bernardo do Campo. O companheiro Joaquim Leopoldino Oliva e Souza elegeu-se presidente pela Oposição. Local: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, à rua João Basso 121.

Dia 28 — Às 17h, Suplicy fará uma palestra sobre Como Conduzir a Política Administrativa de São Paulo, promovida pelo Conselho Municipal das SABs, na Câmara Municipal (auditório Pedroso Horta).

Dia 29 — Das 12 às 14h, Suplicy e alunos da Poli debaterão sobre problemas da cidade no anfiteatro da Engenharia Elétrica da USP.

Setembro

Dia 1º — Às 10h, Suplicy debate com a população sobre a participação popular na administração municipal. A promoção é dos Diretórios de Pirituba e Jaguara, que abrangem Vila Jaguara, Parque Maria Domitila, Vila Mirante, Jd. Precór, V. Zatpastão e Jd. Santo Elias.

Dia 8 — Às 10h, Suplicy visita 6 vilas particulares no Parque São Rafael, conversando com a população sobre seus problemas.

Encontro vai renovar Diretório Estadual

Nos dias 24 e 25 de agosto, o PT realizará o seu Encontro Estadual, provavelmente no Colégio Roosevelt, na Liberdade (Rua São Joaquim, 320), em São Paulo. Com a participação de mais de mil delegados de todo o Estado, o encontro tem como principal objetivo eleger um novo Diretório Estadual, além de aprovar uma plataforma política que dê conta das tarefas do partido no próximo período. Até o dia 21, às 18 horas, estarão abertas as inscrições para chapas completas e programas políticos para o Encontro. Com o objetivo de estimular o debate político, publicamos, nesta página, as sínteses das propostas das correntes, "Articulação" e "Construir uma Alternativa Operária e Popular" — as primeiras a serem divulgadas no interior do partido.

"Trabalhadores precisam recuperar seus direitos"

A proposta política da Articulação, cuja síntese procuramos veicular nesta matéria, é apoiada, entre outros, pelos companheiros Devanir Ribeiro, Eduardo Jorge, José Dirceu, Rui Falcão, Cláudio Barroso Gomes e Djalma de Souza Bom.

A luta pela extinção dos mecanismos autoritários, ainda vigentes no país, e o restabelecimento dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores em toda a sua amplitude, aliados à organização e estruturação interna do PT, através do crescimento dos órgãos de base do partido, constituem, em linhas gerais, a proposta política da corrente **Articulação**.

"Tornar o PT um partido de massas e não apenas para a massa, como ele é hoje, é umas das questões centrais que nos propomos a resolver" — explica o vereador Cláudio Barroso Gomes, um dos defensores da **Articulação**. "É necessário determinar orientações a serem seguidas pelo partido, para que ele tenha condições de romper o isolamento em que se encontra, tirando o rótulo de partido vanguardista e de quadros", acrescenta o vereador.

Segundo Rui Falcão, vice-presidente do Diretório Estadual, e um dos coordenadores da **Articulação**, sua corrente entende que "os núcleos precisam ter maior flexibilidade, recorrendo a formas diferentes de atuação sempre que necessário, ou seja, locais de trabalho, moradia, categoria, movimentos (popular e sindical, etc.). Para ele "se eliminarmos certos entraves, estimulando a participação dos filiados em sua organização, os núcleos poderão se transformar em locais de debate e intervenção de grande valia para o partido".

"Além disso", acrescenta Rui, "procurar reunir setores já organizados e levar suas propostas a uma parcela mais ampla da população com o objetivo de agregar mais filiados e finalmente viabilizar a proposta de sub-sedes".

Assim, as discussões que atualmente giram em torno de questões internas do PT devem passar a refletir os interesses das comunidades ou das categorias a que se vinculam atraindo novos participantes e acabando com o considerável esvaziamento orgânico.

Fazendo uma avaliação do desempenho do Diretório Estadual nessa primeira gestão, Barroso destaca a participação na campanha das diretas. Para ele, apesar do PT não ter tido força suficiente para tirá-la das mãos da burguesia, tornando-a popular, foi quem primeiro saiu às ruas chamando a população. "Hoje também já se tem propostas mais concretas, acrescenta, como por exemplo a de Política Municipal".

Sobre a transição política, e consequentemente o governo Sarney, Rui Falcão a define como conservadora, pois procura manter intactos os principais mecanismos de controle sobre a participação política das massas e mantém a política econômica de sacrifício aos assalariados em benefício das grandes corporações e dos especuladores.

"Se o regime militar buscava a desarticulação da sociedade civil, através da repressão aberta ou da intimidação e do estímulo à despolitização, o atual busca representar amplas forças sociais, cooptando lideranças

e dessa forma obter o apoio de ampla base social, liderada por empresários", afirma Rui. Em sua opinião, a única maneira de combater essa política é apresentando alternativas de lutas concretas em vários níveis e frentes, quer seja no plano dos movimentos popular e sindical, como no plano institucional, cultural e ideológico, e cita como exemplos a revogação das leis de Segurança Nacional, de Imprensa, dos Estrangeiros, de Greve, extinção do SNI e CSN, ampla liberdade de organização partidária com as exigências impostas pela Lei, liberdade e autonomia sindicais plenas, participação dos trabalhadores nos organismos decisórios da política social do Estado como BNH, INPS, reforma agrária, rompimento dos acordos com o FMI, etc.



Luta dos trabalhadores: referência para as duas correntes.

"Nova República quer trégua social"

Transcrevemos a seguir trechos da proposta política da corrente "Construir uma Alternativa Operária e Popular", que é defendida pelos companheiros José Genoíno, Roberto Lajolo, Flávio Andrade, José Pedro da Silva, José Hibrain, entre outros.

“Este texto tem por objetivo ampliar o debate que se abre em função das próximas Convenções, o que vem ao encontro de uma necessidade real hoje vivida no Partido. Precisamos mesmo confrontar idéias e definir posições. O Partido enfrenta adversários poderosos; está diante de graves desafios; a unidade, em função da luta, se impõe. Estamos confiantes que mais e mais companheiros passarão a examinar nossas propostas pelo conteúdo que elas apresentam, com espírito aberto.

“Nós definimos o regime da Nova República como burguês de característica conservadora e autoritária, e achamos que o PT precisa definir bem a natureza desse novo regime, porque isso define a influência na elaboração de uma tática política para enfrentá-lo; em seguida fazemos uma análise de que hoje os trabalhadores enfrentam uma correlação de forças desfavorável, que no plano geral na luta de classes favorece a burguesia, que se encontra unida em torno do projeto da Aliança Democrática.

“O processo de implanta-

ção da democracia burguesa de cunho autoritário necessita de uma trégua do movimento operário-sindical para poder manter a legitimidade alcançada, evitando entrar em choque com as reivindicações populares, e também para implantar a política de "austeridade", tendo em vista a recuperação capitalista da crise econômica. Por isso, o presidente da Fiesp declarou que o pacto "é fundamental para a sobrevivência do capitalismo".

“A perspectiva geral da atuação do PT deve ser a construção, em escala de massa e nacional, de uma alternativa operária e popular à transição burguesa em curso, apresentando um caminho diferenciado, oposicionista e à esquerda, capaz de polarizar grandes multidões de explorados e oprimidos, tendo como força principal os operários.

“A luta contra o pacto social é essencialmente política. Não pode ficar restrita ao movimento sindical, ainda que tenha aí a frente mais ampla de disputa. É preciso lutar contra ele em todas as esferas de atuação do PT: nos bairros, nas es-

colas, nas ruas, nos parlamentos etc. O PT deve rejeitar totalmente a proposta de "pacto político" encaminhada por Sarney: ela não passa de uma manobra para aumentar o apoio ao seu governo.

“Entendemos que o socialismo nascerá de uma revolução social, da destruição do aparelho de Estado da burguesia e da construção de um novo poder, baseado na democracia direta das massas. O socialismo exigirá a expropriação dos exploradores e a estatização dos meios de produção com controle operário, chegando a uma gestão planejada da economia pelos trabalhadores associados. Com o fim das classes sociais, e a emancipação da humanidade da miséria material, o socialismo criará as condições para o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos.

“Há um avanço em al-

guns pontos, apesar de continuarmos achando que a maneira como a Executiva Estadual foi composta, sem incluir as chapas minoritárias, foi errado, bem como a maneira como a Executiva Nacional foi composta sem incluir a chapa que obteve 35% dos votos no Encontro Nacional de abril de 1984.

“Aceitamos o processo democrático das convenções, e aqui em São Paulo poderemos dar um salto político nas próximas convenções se a gente puder realizar debates em todos os distritos e em todas as regiões de São Paulo e do interior. Através desse processo acreditamos que chegaremos na próxima convenção estadual com um grau de amadurecimento político, em vez de ficarmos naquelas discussões sectarizadas para ver quem é o PT; quem constrói e quem não constrói o partido”.

Dinheiro para as campanhas

Está na hora de todos os militantes e filiados do partido se engajarem na campanha financeira, com vistas às eleições de São Paulo, Cubatão, Paulínea, Castilho e São Sebastião. As contribuições diretas devem ser feitas através da conta nº 7.300/3, na Caixa Econômica Estadual, Agência - Assembléia Legislativa, em nome de José Dirceu de Oliveira e Silva. Outra forma de ajuda é vender números da rifa de uma passagem de ida e volta para Cuba que vai correr no dia do Natal. Ou ainda vender os convites da Festa Dançante do dia 6 de setembro próximo, às 22 horas, no Clube Piratininga (av. Angélica), em São Paulo. Números de rifa e ingressos podem ser apanhados com a companheira Lilian, na sede estadual.

Previdenciários suspendem greve geral por 30 dias

Os previdenciários grevistas, cerca de 60 mil em todo o País, decidiram suspender o movimento por 30 dias, a partir do dia 7 de agosto. Este prazo foi solicitado pelo ministro Valdir Pires, da Previdência Social, para obter liberação de recursos necessários ao pagamento de um abono de 20% à categoria. Contudo, o ministro João Sayad, do Planejamento, já se manifestou contrário à concessão do abono, alegando falta de recursos.

Sem dúvida, a greve dos previdenciários transformou-se em uma manifestação eloqüente da insatisfação do povo com a política econômica da Nova República. Prova disso foi a tentativa do governo, utilizando a grande imprensa, de tornar os grevistas bodes expiatórios de uma situação econômico-financeira insustentável na área da Previdência Social.

O Sindicato dos Médicos de São Paulo, através do seu presidente Arlindo Chignalia Jr., distribuiu carta intitulada **A Bem da Verdade**, em que denuncia a precária assistência à população previdenciária e a clara intenção política de transformar os grevistas em bodes expiatórios e desgastar o movimento. "Reafirmamos o nosso apoio e participação na greve e acatamos a decisão de sua assembléia de só atender os casos de emergência, como é prática em movimentos dessa natureza. E, com a serenidade dos que buscam a verdade, repudiamos o tratamento sensacionalista e cheio de propósitos obliquos de quem, ao fazer prejudgamento, se utiliza levemente da morte de um paciente para tentar desgastar um movimento voltado para a melhoria das condições de assistência à saúde da população", disse Chignalia.

Inamps atende só 10%

A CUT Estadual, no seu boletim nº 24, denuncia as más condições de trabalho na Previdência Social ao afirmar: "Mas ninguém, nem a imprensa, nem o governo, diz que o serviço do Inamps para a população está caindo aos pedaços, por causa da corrupção e administração criminosas que tem. A rede de atendimento médico do Inamps em São Paulo é de 10% do total, e 90% dos serviços prestados é feito por hospitais particulares, que embolsam uma grana preta do governo. Além desse lucro fabuloso em cima da nossa saúde, existe uma rede de corrupção, estimulada por estes hospitais, de transferência de material do Inamps para estes hospitais, de falsificação de guias e até roubo de gasolina no Posto da Várzea do Carmo.

"Estes hospitais, que negociam com a saúde e a morte da população, sugam o dinheiro público para aumentar os seus lucros. Alguém se lembra das fraudes do Inamps? Por causa disso, os hospitais do Inamps não têm a menor condição de dar um atendimento decente. Mas, na hora em que os funcionários entram em greve contra essa podridão, ninguém se lembra do péssimo atendimento que a população tem todos os dias, das mortes que sempre acontecem e etc. Não é só isso. O governo diz que não pode aumentar os salários dos companheiros porque está reduzindo gastos para combater a inflação. Então, enquanto todo mundo mama no dinheiro público, corta-se Cr\$ 4,5 trilhões da Previdência, piorando ainda mais o atendimento.

Os previdenciários, como todos os traba-



Filas intermináveis e funcionários mal pagos, o retrato da Previdência.

lhadores brasileiros reivindicam reposição das perdas salariais, reajustes trimestrais, piso de 3 salários-mínimos, pagamento de insalubridade, fim da repressão das chefias e melhores condições de trabalho. O movi-

mento se insere num contexto maior, não só na luta contra as política de arrocho salarial, mas também contra os acordos com o FMI, pelo não pagamento da dívida externa. Os previdenciários almejam o fortaleci-

mento do Serviço Público como alternativa capaz de melhorar o atendimento à saúde da população, contrapondo-se ao privilegiamento crescente da compra de serviços de entidades privadas.



Comitê de Solidariedade denuncia processo da GM

Foi criado em São José dos Campos o Comitê de Solidariedade aos 33 metalúrgicos da GM, processados por ocasião da ocupação daquela fábrica na greve de maio. O Comitê surgiu da necessidade de que toda sociedade civil tomasse conhecimento da realidade dos fatos. O PMDB local recusou-se a participar, porém dois de seus vereadores integram o Comitê em caráter pessoal.

É um dos objetivos desta entidade, segundo um de seus integrantes, é combater o aviltamento e tendenciosidade apresentados pela grande imprensa, principalmente pelos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo** ao tratar do assunto. O Comitê distribuiu manifesto à população para explicar a verdade e denunciar o jogo sujo dos patrões, entregando ainda uma carta ao governador Montoro, quando de sua visita a São José dos Campos por ocasião do aniversário da cidade. Publicamos abaixo alguns trechos da referida carta:

"... GM desrespeitou leis vigentes ao demitir sindicalistas que têm estabilidade garantida... a intransigência patronal pode ser comprovada no momento em que a grande maioria das empresas metalúrgicas concedem a redução da jornada de trabalho..."

"... Num momento político como o que vivemos, instaurar processos a quem lutou contra demissões arbitrárias e abusivas, como é o caso desses 33 sindicalistas, sem se avaliar todo um histórico de perseguições sistemáticas e sem instaurar processo também contra a empresa, pode constituir em grave erro..."

O documento, que contém várias laudas, é bastante preciso ao mostrar ao governador que tudo não passa de uma grande celeuma premeditada pelos interesses patronais, para jogar a opinião pública contra os trabalhadores e sindicalistas, abrangendo ainda a séria questão dos valores da mão-de-obra da GM exterior e da brasileira.

CUT reúne 2 mil contra demissões nas fábricas

Cerca de 2 mil pessoas assistiram ao Ato Público da CUT, dia 12 de julho, em protesto contra as demissões de trabalhadores ocorridas no primeiro semestre das campanhas salariais de várias categorias. O ato, convocado para o Centro Sindical dos Bancários, teve a participação de 70 entidades — sindicatos, associações profissionais, Diretórios e Núcleos do PT. Na mesa estavam representantes da CUT regional, OAB, Plenário Pró-Constituinte, Comissão Justiça e Paz e Sindicato dos Bancários.

Quinze oradores manifestaram o seu repúdio contra as demissões e a repressão que a classe trabalhadora ainda vem sofrendo em campanhas por melhores salários, redução da jornada de trabalho para 40 horas e reajuste trimestral. A maioria dos oradores pediu a readmissão dos 33 membros da Comissão de Fábrica da General Motors de São José dos Campos, juntamente com os demitidos da Prodesp, Correios e metalúrgicos do ABC.

Uma das manifestações mais sentidas pelo público foi a revogação da Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, e fim da repressão no Campo — opinião externada por uma bóia-fria, Maria Aparecida, da região de Andradina. Algumas palavras-de-ordem ecoaram no meio dos participantes: "Greve não se legisla, é um direito do trabalhador", "Se essencial é nosso serviço, o nosso salário não parece que é essencial", "A democracia que os trabalhadores querem hoje não é a que a Nova República quer dar."